



## Entidades pedem votação rápida de cotas em concursos

Defensores de projeto que reserva 20% das vagas em concursos públicos para pardos e negros querem ajuda do presidente do Senado, Renan Calheiros, para acelerar tramitação

**E**m audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos do Senado, representantes de ONGs disseram que vão pedir a Renan que ajude a convencer o presidente da Câmara,

Henrique Eduardo Alves, a colocar o projeto na pauta de votação. Se aprovado pelos deputados, texto virá para análise dos senadores. Proposta estabelece a reserva de vagas por dez anos. **7**

especial  
**Cidadania**



Fernando Fracção/Agência Brasil

Vigília homenageia vítimas da boate Kiss, onde morreram 242 pessoas em 2013

## Pronta para análise lei que amplia segurança em boate

Emenda Global de Plenário da Câmara a projeto da deputada Elcione Barbalho incorpora sugestões do Senado e está pronta para votação. Mas ainda

não foi analisada devido a sucessivos trancamentos da pauta. Nesta semana, senadores reúnem-se com familiares das vítimas da boate Kiss. **4 e 5**

Gerardo Magela/Agência Senado



Senador Paulo Paim ouve o diretor-geral do Ministério Público do DF, Libanio Alves Rodrigues, durante o debate na CDH

**Candidatos à reeleição podem ser obrigados a renunciar 3**

**Parlamentares do G-20 vão se reunir no Brasil em agosto 8**

**Proposta que regula uso da maconha já tem relator 6**

## TV Senado começa a transmitir para São Luís

Cerimônia ontem na Assembleia Legislativa do Maranhão marcou o início das transmissões da TV Senado em canal digital aberto para São Luís e cidades vizinhas. Parceria garante também um canal exclusivo para o Legislativo do estado. **2**

Representantes do Senado e da Assembleia do Maranhão participam da inauguração



Assembleia Legislativa do MA

**Governo trabalha para manter veto à criação de municípios 3**

**Telefonemas sem identificação poderão ser proibidos 8**

**Projeto isenta pessoas com deficiência de pagar pedágio 7**

**Líderes dos partidos discutem pauta de votações 2**

Cursos gratuitos ILB:

**Uma nova oportunidade para você ampliar seus conhecimentos**

O Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro, oferece a você vários cursos gratuitos a distância. Em 2014 serão 46 opções, 19 delas com tutoria.

Matrículas a partir de 18 de fevereiro  
[www.senado.leg.br/ead](http://www.senado.leg.br/ead)



# São Luís e região recebem transmissão da TV Senado

Cerimônia de inauguração do canal digital aberto aconteceu na Assembleia Legislativa do Maranhão, que também passa a transmitir conteúdo próprio devido a parceria firmada com o Senado

A TV SENADO já tem canal digital aberto (51.1) em São Luís e cidades vizinhas. As transmissões foram inauguradas ontem em cerimônia na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. A solenidade marcou também a inauguração do Complexo de Comunicação da Assembleia, que agora também conta com canal de TV. A iniciativa é resultado de acordo constante do projeto de expansão dos veículos de comunicação do Senado. Os custos de implantação foram divididos entre os parceiros.

Lobão Filho (PMDB-MA) — que representou o presidente do Senado, Renan Calheiros — homenageou José Sarney (PMDB-AP), que, disse, alterou o paradigma da relação entre o cidadão e o Parlamento brasileiro ao inaugurar, em fevereiro de 1996, a TV Senado.

— Com o sinal aberto, a cada reunião, o Senado e a assem-



Lobão Filho (C) na solenidade com o diretor de Comunicação, Davi Emerich (D)

bleia se transformam em uma audiência pública, reforçando a transparência e fortalecendo a democracia — disse Lobão.

O presidente da Assembleia do Maranhão, deputado Arnaldo Melo, agradeceu a Sarney pela parceria e ressaltou o papel de Renan Calheiros na concretização do projeto. Para o deputado, a inauguração da TV do Legislativo vai pôr fim à reclamação de que os deputados “desaparecem”

depois de serem eleitos.

Representaram a Secretaria de Comunicação Social Davi Emerich, diretor; Aluizio de Oliveira, coordenador da TV; e João Carlos Barizon, coordenador técnico de expansão.

A TV Senado já opera em canal aberto em outras 13 capitais: Brasília, Cuiabá, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

## Líderes partidários apresentam lista de projetos a serem votados



O presidente do Senado, Renan Calheiros (foto), recebe hoje dos líderes partidários uma lista de projetos prioritários.

O líder do DEM, José Agripino (RN), quer a votação do projeto que estimula a criação de empresas de tecnologia, as *start*

*ups*. O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP) avisou que a oposição está à disposição para colaborar para melhorar a situação da economia, mas cobrou da presidente Dilma Rousseff a definição das propostas.

— O presidente dos Estados Unidos se dirige ao Congresso anualmente para dizer as prioridades. Aqui não temos nada. A mensagem da presidente Dilma foi mera propaganda eleitoral.

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que são prioridade uma lista de medidas provisórias e a lei antiterrorismo. Caberá a Eunício Oliveira (PMDB-CE) apresentar relatório sobre a lei antiterrorismo a partir de duas propostas — a primeira de autoria da Comissão de Regulamentação das Leis e a segunda da Comissão Especial do Código Penal.

## Collor defende tratamento igual para produtores endividados



Fernando Collor (PTB-AL) disse ontem que todos os produtores rurais devem ser beneficiados pelas regras de renegociação das dívidas da Lei 12.844/2013. Ela concede benefícios para repactuação de empréstimos feitos até 2006 por produtores do

semiárido nordestino que decretaram estado de calamidade ou emergência entre 2011 e 2012. Para o senador, ficaram de fora muitos produtores que também não podem pagar as dívidas. Ele relatou que 42 dos 102 municípios de Alagoas e 112 municípios da Bahia não são beneficiados pela lei e que 10 mil produtores alagoanos de cana estão perdendo os bens por execução das dívidas.

Para o senador, a saída é a extensão da Lei 12.844/2013 a todos os produtores rurais, independentemente do estado de calamidade ou emergência. “Se a lei impõe restrições, que sejam cumpridas em sua totalidade. Contudo, se a lei permite exceções ou interpretações diversas, que sejam elas também aplicadas a todos os estados envolvidos”, afirmou.

## Barroso Filho é indicado à Justiça Militar

Foi lida ontem em Plenário a indicação de José Barroso Filho para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Carlos Alberto Marques Soares. A indicação será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A Justiça Militar da União é especializada na aplicação da

lei a uma categoria especial, a dos militares federais — integrantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Julga apenas crimes militares definidos em lei e atua ininterruptamente há mais de 200 anos, com magistrados nomeados segundo normas permanentes. Não se subordina a nenhum outro poder. Juiz-auditor, Barroso Filho

ocupará a vaga privativa da magistratura de carreira. A cadeira estava vaga desde que Soares se aposentou, em junho de 2013. Barroso Filho é magistrado desde 1992 e também atua como professor. Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União (Amajum), já foi promotor de Justiça, juiz estadual e juiz eleitoral.

## Ministro das Cidades pode ser convocado por comissão

A convocação do ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, está na pauta da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que tem duas reuniões marcadas para hoje, às 10h e às 14h30.

A iniciativa é do deputado Danilo Forte (PMDB-CE), que quer explicações sobre os critérios adotados para a liberação de emendas parlamentares.

As emendas continuam sendo motivo de questionamentos neste início de ano. Na quarta-feira passada, em meio a suspensões e adiamentos de reuniões, os parlamentares cogitaram um convite à ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

Por falta de acordo, o requerimento não chegou a ser colocado em pauta.

## Projeto cria relatório de obras paralisadas para reforçar controle

Para evitar a interrupção de obras públicas e o desperdício de recursos, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) poderá aprovar projeto que obriga o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) a apresentar relatório anual sobre a situação de obras atrasadas ou paralisadas.

A matéria (PLS 58/2008), que visa ajudar o trabalho de controle externo e interno da União, está na pauta de hoje da comissão. De autoria de Fernando Collor (PTB-AL), prevê que o relatório seja enviado até 31 de dezembro de cada ano ao Congresso, ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Ministério Público.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Crédito para o Fies

14h A pauta permanece trancada pela medida provisória (MP 626/2013) que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 2,53 bilhões para o Fies.

### PRESIDÊNCIA Máquinas do PAC 2

11h Renan Calheiros participa de cerimônia de entrega de máquinas do PAC 2, com a presença da presidente Dilma Rousseff, em Teresina, e às 15h, em Macaé; às 19h, preside sessão do Congresso para análise de vetos.

### CMA Obras paralisadas

8h30 Na pauta da comissão, projeto que obriga o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a apresentar relatório anual sobre a situação de obras públicas que estejam atrasadas ou paralisadas.

### CCT Voz do Brasil

9h Proposta que declara o programa *Voz do Brasil* patrimônio cultural imaterial do país está na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia, além de projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e televisão em diversas regiões.

### CAE Isenção a instrumentos musicais

10h Na pauta, empréstimos do Rio Grande do Sul (US\$ 200 milhões) e Paraná (US\$ 60 milhões) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e isenção de IPI para instrumentos musicais.

### CMO Convocação de ministro

10h/14h30 Na pauta, relatórios do TCU sobre prestação contas do governo federal e convocação do ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, para falar sobre emendas parlamentares.

### INTERLEGIS Aula inaugural

10h30 “Eleições 2014 — democracia e Legislativo” é o tema da aula inaugural do ano letivo no Interlegis, no Auditório Antonio Carlos Magalhães.

### CE Ampliação do Bolsa-Atleta

11h Comissão analisa, entre outros, projeto que amplia o Bolsa-Atleta e o que trata da escolha dos dirigentes escolares.

### CONGRESSO Análise de vetos

19h Sessão analisa vetos a quatro projetos: criação de municípios, repasse de recursos a universidades comunitárias, travessia de pedestres perto de escolas e condução de veículos de emergência.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; e, às 10h, reunião da **Comissão de Educação, Cultura e Esporte**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio)

## TV SENADO

ATV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Proposta exige renúncia de candidatos à reeleição

Presidente da República, governador e prefeito terão que se afastar do cargo para concorrer, segundo texto que muda a Constituição e que será examinado hoje pela Comissão de Constituição e Justiça

QUEM DESEJAR CONCORRER à reeleição para presidente da República, governador e prefeito poderá ser obrigado a se afastar do cargo antes. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa amanhã proposta de emenda à Constituição (PEC 48/2012) de Ana Amélia (PP-RS) que determina o afastamento quatro meses antes da eleição.

Se for aprovada, a PEC segue para dois turnos de votação no Plenário.

O relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), considerou a iniciativa pertinente. Assim como Ana Amélia, o senador

reconheceu o desequilíbrio existente no processo eleitoral quando um dos candidatos é ocupante do cargo em disputa.

— O viés do poder no voto é fato e nada o demonstra melhor que os resultados eleitorais na vigência da reeleição: raros têm sido os candidatos à reeleição que saem derrotados nas urnas — observou.

## Um dia depois

Apesar de concordar com a mudança, Luiz Henrique apresentou emenda para alterar o prazo sugerido para afastamento do cargo. Em vez dos quatro meses anteriores

à eleição estabelecidos pelo projeto, o relator recomendou que isso ocorra a partir do primeiro dia útil após a homologação da candidatura.

“A proposta exige o licenciamento antes das convenções partidárias, antes do pedido de registro das candidaturas e antes da homologação das mesmas. É evidente, contudo, que antes da decisão das convenções não há sequer expectativa razoável de candidatura e que, na verdade, candidaturas só passam a ter existência efetiva depois de sua homologação”, argumenta Luiz Henrique no relatório.



Relator da proposta, Luiz Henrique lembra que raramente os candidatos à reeleição saem derrotados nas urnas

## Aula sobre direito eleitoral abre ano do ILB

A história do direito eleitoral e os limites às campanhas partidárias serão discutidos hoje, na abertura do ano do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), com o ministro do Tribunal Superior Eleitoral Admar Gonzaga e o professor do Instituto Brasiliense de Direito Público Walter Costa Porto.

O evento, com o presidente do Senado, Renan Calheiros, será transmitido pela internet ([www.senado.leg.br/ilb](http://www.senado.leg.br/ilb)).

O ILB está credenciado pelo Ministério da Educação para quatro cursos de pós-graduação: Direito Legislativo, Administração Legislativa, Comunicação Legislativa e

Ciência Política. Os dois primeiros funcionam desde agosto. Neste mês, começa o de Comunicação Legislativa. A seleção para Ciência Política ocorre em março.

O instituto também oferece cursos para atualização profissional dos servidores do Senado e 27 cursos a distância.

## Vanessa destaca obras do governo em Manaus e rebate opositoristas



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) voltou a rebater os que afirmam que o país vai mal, enfatizando

que, em comparação com outras nações, o Brasil está superando a crise com mais eficiência. Segundo ela, tenta-se vender o governo como “sem controle e problemático”.

A senadora também falou sobre a viagem que a presidente Dilma Rousseff fez a Manaus na semana passada, quando anunciou a liberação de mais R\$ 420 milhões para obras de mobilidade urbana e participou da entrega de 5 mil residências da Minha Casa, Minha Vida.

## Jarbas Vasconcelos pede alternância no poder e critica o PT

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) defendeu a alternância no poder e acusou o PT de ter se transformado em uma “seita fundamentalista”. Ele disse ser contrário à aliança do PMDB com o PT e se definiu como um dissidente.

O senador criticou ainda a presidente Dilma Rousseff por conta das dificuldades econômicas do país e o fato de o PT sempre culpar terceiros ao ser criticado.

— Quando não é a oposição, os petistas responsabilizam as elites, os países ricos, a mídia, a direita, os conservadores.

## Aloysio solicita ao TCU que apure denúncia de farsa na Petrobras

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) solicitou ao TCU que apure denúncia do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense dando conta que a plataforma P-62, em Pernambuco, foi inaugurada pela Petrobras, no final de 2013, incompleta e sem segurança. O sindicato denunciou simulações de venda e recompra de plataformas com subsidiárias para acrescentar US\$ 8 bilhões às exportações, melhorando a balança comercial.

— Mera maquiagem. Não fosse isso, teríamos amargado déficit maior — disse.

## Governo quer manter veto a texto que facilita criação de municípios

Após reunião de líderes com a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, ontem à noite, o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), disse que a orientação é manter o veto ao projeto que altera as regras para criação de municípios. Ele

afirmou que o governo pretende apresentar uma alternativa com regras mais duras — principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste —, mantendo as regras para Centro-Oeste e Norte nos mesmos moldes do projeto de lei vetado pela presidente.

## Autor do projeto, Mozarildo crê que veto será derrubado hoje

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse acreditar que o Congresso vai derrubar hoje veto a projeto dele que estabelece regras para a criação, fusão e desmembramento de municípios.

O senador discordou do governo por ter apresentado a contenção de despesas como justificativa para vetar o texto. Ele também lamentou que o governo, segundo notícias divulgadas na imprensa, queira enviar nova proposta para regulamentar a questão, fazendo com que o veto seja mantido.



Pedro França/Agência Senado

## Voto aberto é revolução, afirma Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que o voto aberto é uma verdadeira revolução no Congresso. Segundo ele, essa modalidade de votação reafirma a cumplicidade entre eleitos e eleitores e o compromisso do parlamentar de legislar pelo país e não em benefício próprio.

— Ou o parlamentar é fiel ao que disse no palanque para seus eleitores ou ele tem que voltar para casa — afirmou.

O senador citou a cassação do ex-deputado Natan Donadon, que estava preso na Papuda e continuava no cargo depois que, em votação secreta, os deputados mantiveram o mandato. A decisão foi modificada quando o Congresso acabou com a votação secreta.



Suplicy enviou a resposta do Irã, onde está em missão oficial do Senado

## Suplicy questiona fala de Gilmar Mendes sobre doações a petistas

Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a enviar ofício ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre as doações feitas para o pagamento das multas impostas a quatro integrantes do PT. Desta vez, o senador observa que o julgamento do mensalão ainda não foi concluído pelo STF.

Suplicy diz que, quando Mendes questiona sem provas a regularidade das doações a José Genoíno, Delúbio Soares, José Dirceu e João Paulo Cunha, passa o sentimento de que não julgou com base na razão.

A troca de correspondência teve origem em declaração de Mendes levantando suspeita de lavagem de dinheiro. Logo

depois, Suplicy enviou ofício cobrando do ministro esclarecimentos a respeito das denúncias. Mendes respondeu fazendo novas críticas, o que levou o senador a rebater.

Suplicy afirma ter ficado surpreso com as acusações. “Até onde tenho conhecimento, as famílias dos quatro membros do PT é que tiveram a iniciativa de fazer a campanha para arrecadar fundos e pagar as multas condenatórias. Não vejo ilegitimidade ou ilegalidade nessa conduta”, relata.

O senador ressalta ainda que Mendes não responde sobre como evitar nas campanhas eleitorais os procedimentos que foram objeto da Ação Penal 470, do mensalão.

# Proposta de segurança em boates está pronta para votação

Senadores e deputados reagiram prontamente a um dos acontecimentos mais trágicos da história recente do país. Projeto de lei que aborda múltiplas questões da segurança em locais de aglomeração de pessoas aguarda destrancamento da pauta da Câmara para ser votado

André Falção

O INCÊNDIO NA boate Kiss, na cidade de Santa Maria (RS), em 27 de janeiro de 2013, deixou 242 mortos e 116 feridos. Foi um dos piores eventos do tipo já registrados em todo o mundo.

A tragédia comoveu o país e gerou amplo debate sobre a segurança em estabelecimentos noturnos, com repercussões no Congresso Nacional. Senadores e deputados se mobilizaram no acompanhamento das investigações, no apoio aos familiares das vítimas e na promoção de diálogo com especialistas das áreas envolvidas. A legislação existente foi revista, em busca de uma proposta que pudesse, de forma clara e objetiva, estabelecer parâmetros nacionais para a prevenção de incêndios e desastres em locais de aglomeração de pessoas.

No Senado, funcionou uma comissão especial temporária que fez levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios. Entre as propostas apresentadas no relatório elaborado após 60 dias de trabalho da comissão, estão uma minuta de Código Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico; a regulamentação das atividades dos corpos de bombeiros militares e dos bombeiros civis, municipais e voluntários; a padronização dos procedimentos operacionais para os corpos



Bombeiros do Rio Grande do Norte durante vistoria e análise de projeto de edificação de casa de eventos: projeto de lei procura integração com trabalho de prefeituras

de bombeiros; e um programa educacional nas escolas.

As propostas da comissão do Senado foram encaminhadas à comissão especial da Câmara e ao grupo de trabalho do Executivo — coordenado pelo Ministério da Justiça — criados, respectivamente, para tratar do tema da segurança em locais de concentração de público e da regulamentação da ação dos bombeiros pelo país.

Na Câmara, houve acordo para que se apresentasse uma emenda substitutiva global de Plenário ao Projeto de Lei 2.020/2007, da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), que está pronto para votação em Plenário desde julho do ano passado.

— Desde o início dos trabalhos, defendemos a unificação dos textos e a convergência dos trabalhos. Mais poderia ser acrescentado ao projeto da Câmara, mas ele atende, sim, às

expectativas — explicou Paulo Paim (PT-RS), que integrou a comissão do Senado.

Os parlamentares tinham a expectativa de que a proposta final fosse aprovada e se tornasse lei ainda em 2013. O deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que coordenou os trabalhos da comissão específica da Câmara, explica que o projeto ainda não foi votado pelo Plenário devido a sucessivos trancamentos de pauta decorrentes de urgência constitucional dada a propostas de grande alcance ou de medidas provisórias. Segundo o parlamentar, já há acordo de líderes para a votação do PL 2.020.

— Em conversa, o presidente [da Câmara] Henrique Eduardo Alves me disse que está sendo negociada a retirada da urgência do projeto do Marco Civil da Internet. O projeto das casas noturnas pode ser o primeiro a ser votado pela Câmara tão logo a

pauta esteja liberada — informou Pimenta.

Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a comissão temporária do Senado, cobrou em discurso no Plenário no início do mês a votação da proposta pela Câmara, para que ela possa também ser votada pelo Senado.

— Se você não estabelecer um padrão uniforme, com regras claras e simples, na prevenção, na informação e na fiscalização rigorosa pelos órgãos competentes, você vai talvez continuar vendo, lamentavelmente, se repetirem tragédias como a da boate Kiss em nosso país — declarou a senadora, demonstrando preocupação com o risco de o caso cair no esquecimento.

Paim também está preocupado com o tempo para a aprovação da proposta.

— O país não pode passar por uma tragédia dessa enver-

gadura e deixar tudo como está — afirmou.

## Tema complexo

A proposta que aguarda votação na Câmara é abrangente, apesar de se limitar à competência legislativa federal no tema (*veja o quadro ao lado*). Concessão de alvarás é da alçada municipal, assim como regras para prevenção e combate a incêndios são de competência estadual.

O projeto faz alterações no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), no Código Civil (Lei 10.406/2002) e na lei de sanções aplicáveis a agentes públicos em casos de improbidade (Lei 8.429/1992). O texto procura integrar a ação de prefeituras e corpos de bombeiros na prevenção e combate a incêndio e a desastres e também explicita as responsabilidades comuns e as responsabilidades de cada um.

## Principais pontos do projeto

### ESTABELECIMENTOS

As novas regras deverão ser observadas por salões de festa, boates, discotecas, danceterias, cinemas, teatros, salas de espetáculos, restaurantes, hotéis, hospitais, estabelecimentos de ensino, creches, círculos, centros de convenções e outros locais cobertos ou descobertos, cercados ou não, com ocupação simultânea potencial igual ou superior a 100 pessoas. Locais com ocupação inferior, mas que sejam usados, predominantemente, por idosos, crianças ou pessoas com dificuldade de locomoção e que contenham no interior grande quantidade de material altamente inflamável, também estão obrigados às determinações da nova legislação.

### ALVARÁ ÚNICO

Passa a ser exigido laudo emitido pelo corpo de bombeiros para que o poder público municipal forneça o alvará de licença. Ao cidadão será conferido um ato único de licença ou autorização, pela municipalidade, que já terá considerado a manifestação dos bombeiros.

### NORMAS TÉCNICAS

Deverão ser observadas as normas técnicas registradas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade (Conmetro). Os cursos de graduação em Engenharia e Arquitetura deverão incluir nas disciplinas conteúdo relativo à prevenção e combate a incêndios e desastres. Os órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenheiro e arquiteto exigirão a apresentação dos projetos técnicos elaborados pelos profissionais devidamente aprovados pelo poder público municipal nos atos de fiscalização, aí incluídos os projetos de prevenção contra incêndios, quando forem legalmente exigidos.

### SEGURO COLETIVO

O projeto também determina a contratação de seguro de acidentes pessoais pelos proprietários dos estabelecimentos, tendo como beneficiários os clientes.

### TRANSPARÊNCIA

Torna-se obrigatória a divulgação de informações do poder público municipal e do corpo de bombeiros militar sobre os alvarás de licença ou autorização, ou documento equivalente, laudos ou documento similar concedidos a estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, com atividades permanentes ou temporárias. O projeto determina também a criação de um sistema unificado de informações, onde os incêndios ocorridos no país em áreas urbanas deverão ser registrados, como forma de monitoramento e prevenção.

### COBRANÇA

Fica vedada a adoção de sistema de comandas ou cartões-comanda para controle do consumo de produtos em boates, discotecas e danceterias. Os estabelecimentos devem estabelecer sistema de cobrança no ato do consumo ou disponibilizar cartões de consumo pré-pago aos clientes.

### LEI ROJANET

A obtenção de incentivos fiscais para projetos artísticos e culturais previstos na Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei 8.313/1991) está condicionada à observância das exigências quanto à prevenção de incêndios e desastres estabelecidas pelas autoridades competentes.

### SANÇÕES

Legislações municipais e estaduais deverão definir prazos máximos para trâmite administrativo voltado à emissão de alvará de licença. Prefeitos, secretários municipais e oficiais do corpo de bombeiros que não observarem os prazos de tramitação incorrerão em crime de improbidade administrativa. Incidirão em crime, sujeito à pena de detenção de seis meses a dois anos e multa, aqueles que descumprirem as determinações do corpo de bombeiros militar ou do poder público municipal quanto à prevenção e combate a incêndios.

## Saiba mais

Emenda global ao Projeto de Lei 2.020/1997  
<http://bit.ly/PL2020>

Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria  
[www.avtsm.org](http://www.avtsm.org)

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)

# Comissão fará diligência em Santa Maria

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará na sexta-feira uma diligência para avaliar a atuação dos poderes públicos em Santa Maria (RS) em relação à tragédia na boate Kiss e a respeito de providências que podem ser tomadas pelo Senado a favor das famílias das vítimas e na prevenção de novos acidentes da mesma natureza.

A visita da CDH foi sugerida pela Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM) durante audiência pública realizada no início de dezembro, na CDH.

— Vamos visitar as autoridades locais, Corpo de Bombeiros, Judiciário e delegados que estão à frente do processo para dialogar sobre esse tema que machucou a todos — justificou

o autor do requerimento, Paulo Paim.

A principal queixa dos familiares das vítimas é a morosidade da Justiça e a sensação de impunidade. A Polícia Civil, após a conclusão do inquérito, pediu o indiciamento de 16 pessoas. O Ministério Público denunciou oito pessoas, entre eles os dois donos da boate e dois músicos, por homicídio doloso, ou seja, com intenção de matar. Um bombeiro responde por fraude processual e um ex-sócio da Kiss e um contador, por falso testemunho. Na Justiça Cível, quatro bombeiros são acusados de improbidade administrativa. E na Justiça Militar, três bombeiros respondem por inclusão de declaração falsa em documento público.

O presidente da AVTSM, Adherbal Ferreira, diz que ainda

há muito a ser explicado.

— O caso não está bem esclarecido, principalmente a responsabilidade dos entes públicos. A boate não tinha alvará, como foi permitido o funcionamento? Parece que há protecionismo na investigação — protesta.

Além da denúncia do Ministério Público, os familiares se queixam do resultado da comissão parlamentar de inquérito instaurada na Câmara de Vereadores de Santa Maria e do fato de todos os indiciados estarem em liberdade.

A AVTSM iniciou a atuação no apoio psicológico aos familiares, entrando logo após na área jurídica. A associação promoveu um congresso em janeiro para, entre outros objetivos, discutir a prevenção de acidentes a partir da experiência da boate Kiss.



Paulo Paim (E) recebeu o presidente da associação de vítimas, Adherbal Ferreira, em audiência pública da CDH em dezembro

# Vítimas morreram asfixiadas por cianeto

As investigações apontaram uma sucessão de motivos que se encadearam e potencializaram o resultado da tragédia em que 242 pessoas morreram. Parte dos motivos está ligada ao descumprimento de normas de prevenção de incêndios e de evacuação segura de pessoas em emergências. Outra parte está ligada à ação insuficiente ou à omissão de agentes públicos responsáveis pela fiscalização e

autorização de funcionamento de casas noturnas. Havia leis do próprio município de Santa Maria cujo cumprimento teria evitado a tragédia.

Na noite do incêndio na Boate Kiss, estava sendo promovida uma festa organizada por estudantes de diversos cursos da Universidade Federal de Santa Maria. Por volta das 3h da madrugada, um dos integrantes do grupo musical que se apresentava acendeu um artefato pirotécnico e as faíscas acabaram por atingir o revestimento acústico da boate. A espuma do revestimento era altamente inflamável e o fogo se alastrou com rapidez. Os músicos tentaram apagar as chamas, mas o extintor de incêndio próximo ao palco não funcionou.

O ambiente foi rapidamente tomado pela fumaça e a falta de alarme de incêndio e de sinalização para a saída agravou a situação. Confusas, muitas vítimas se dirigiram aos banheiros da boate e lá ficaram

presas. Não havia capacidade de exaustão do ar e as janelas estavam obstruídas. A boate tinha apenas uma porta para entrada e saída e o tamanho era inadequado para a vazão, em caso de emergência, da quantidade de pessoas definida como capacidade máxima.

Além disso, grades de contenção utilizadas para organizar a fila atrapalharam a fuga de quem conseguiu se dirigir até a saída. Houve relato de que, no início do incêndio, seguranças chegaram a reter os que saíram para exigir o pagamento das despesas.

Os estragos causados pelo fogo foram considerados de pequena monta pelos bombeiros. Todas as mortes foram causadas por asfixia. A combustão do poliuretano das espumas do revestimento acústico incendiado liberou gás carbônico e cianeto, que são letais ao serem inalados.

Além de todos esses fatores, a boate Kiss estava com a documentação irregular e houve superlotação no dia do incêndio.

# Para Ana Amélia, país precisa desenvolver cultura de prevenção

A senadora gaúcha Ana Amélia defende a criação de uma legislação de âmbito nacional para a prevenção de incêndios e tragédias como a ocorrida na boate Kiss. Ela disse que o trabalho da comissão temporária do Senado permitiu ver que as diferentes naturezas de abordagem das questões de defesa civil e das questões de prevenção de incêndios nos níveis municipal, estadual e federal são capazes de gerar enormes dificuldades operacionais na hora de um incêndio.

A parlamentar, no entanto, vê a necessidade de atuação em outras áreas para que se crie o que ela denomina uma “cultura de prevenção”.

— A questão da prevenção me parece essencial. É o exercício permanente do cidadão de estar atento também, não esperar que tudo caia do Estado, mas que ele cobre. Por exemplo, quando você vai ao cinema, pode procurar onde fica a saída de emergência e eventualmente verificar se aquela saída está trancada. São iniciativas em que o cidadão pode ser protagonista de ações — propõe.

Ana Amélia faz um paralelo com as instruções de segurança oferecidas pelos comissários em aeronaves comerciais que, segundo informou, são apresentadas de forma semelhante em teatros nos Estados Unidos. Para a senadora, é importante



Ana Amélia: cidadão precisa ser protagonista da própria segurança

que nas escolas os alunos recebam informações e tenham práticas que contribuam para

desenvolver uma cultura de prevenção. Ela lembra outras áreas onde essa cultura faz falta, como os afogamentos em praias, que aumentam durante a alta estação. Mesmo as noções de primeiros socorros que todo motorista recebe ao obter a carteira de habilitação acabam não surtindo efeito, pois não há uma reciclagem ou uma prática e o conhecimento se perde com o tempo.

## Antídoto

A área da assistência à saúde também está relacionada ao tema. Ana Amélia diz que vai propor uma audiência com especialistas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para

debater o uso do antídoto à intoxicação por cianeto — motivo de todas as mortes na boate Kiss — pelos próprios socorristas. Tal procedimento é adotado em outros países, como a França. No Brasil, o antídoto — a hidroxocobalamina, um concentrado de vitamina B12 — foi importado pelo Ministério da Saúde poucos dias após o incêndio e oferecido no tratamento dos sobreviventes.

— Não sou especialista, e quero debater com eles. Mas talvez se os bombeiros ou a equipe médica tivessem à disposição e aplicassem a vitamina B12 nos primeiros socorros, poderiam ter salvado muitas vidas — argumenta a senadora.



Em 27 de janeiro, um ano após a tragédia, familiares fizeram protesto em frente à sede do Ministério Público em Santa Maria, pedindo justiça para os 242 mortos

# Cristovam quer estudo de viabilidade sobre regulamentação da maconha

Proposta apresentada por internauta no Portal e-Cidadania recebeu mais de 20 mil apoios e pode virar projeto de lei no Senado

A SUGESTÃO DE regulamentar o uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha vai ser relatada por Cristovam Buarque (PDT-DF), que pediu à Consultoria Legislativa um estudo sobre a viabilidade de transformar a ideia em projeto de lei. Ele vai apresentar o resultado à Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A sugestão de regulamentação foi recebida pelo Portal e-Cidadania e teve mais de 20 mil manifestações de apoio. A proposta prevê ainda que seja considerado legal “o cultivo caseiro, o registro de clubes de cultivadores, o licenciamento de estabelecimentos de cultivo e de venda de maconha no atacado e no varejo e a regularização do uso medicinal”.

Cristovam pediu à Consultoria que informe como estão os processos de legalização do uso da maconha em outros países, quais são os impactos econômicos e científicos, quais são os benefícios e custos e se a liberação contribui para aumentar ou diminuir o consumo da droga.

— Eu não vou devolver o processo só porque é um tema tão polêmico. Eu vou assumir a responsabilidade de fazer um relatório com a posição que eu achar mais correta — explicou.

Atualmente, a Lei Antidrogas (Lei 11.343/2006) proíbe o uso de substâncias entorpecentes,



Cristovam vai apresentar parecer sobre sugestão que na internet teve forte apoio, como acontece em marchas nas ruas



“bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas”. A norma estipula punições distintas para usuários e traficantes. De acordo com a legislação, “quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”, está sujeito a penas de advertência, prestação de serviços à comunidade e à medida educativa de comparecimento a programas ou cursos. Cabe ao juiz determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal.

Os traficantes, por sua vez,

podem ser condenados a pena de 5 a 15 anos de prisão, mais pagamento de multa. Induzir alguém ao uso indevido de droga é crime punível com até 6 anos de detenção. Quem oferta drogas com o objetivo de lucro pode ser punido com até 1 ano de prisão.

## Novo Código Penal

Em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o projeto de um novo Código Penal mantém a punição de prisão de 5 a 15 anos para os traficantes, mas com a possibilidade de pena maior no caso de o crime ser praticado “em prejuízo de criança ou adolescente”. A proposta também estabelece as mesmas regras da Lei Antidrogas para

o usuário de entorpecentes.

Uma das controvérsias em em torno do uso de drogas aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), onde um recurso extraordinário foi interposto pela Defensoria Pública de São Paulo para questionar a utilização do Código Penal para punir o porte de drogas destinado ao consumo próprio. De acordo com o site Consultor Jurídico, no entender da defensoria, “o dispositivo viola o artigo 5º, inciso X, da Constituição federal, que assegura o direito à intimidade e à vida privada, já que o porte não implica lesividade, princípio básico do direito penal, uma vez que não causa lesão a bens jurídicos alheios”.

## Em sentença, juiz diz que proibição é fruto de uma cultura atrasada

Tem causado repercussão sentença do juiz Frederico Ernesto Cardoso Maciel, que absolveu um homem preso em flagrante ao traficar 52 pacotes de maconha. Para o juiz, a proibição é inconstitucional. A decisão, publicada em outubro, foi derrubada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Na sentença, o juiz afirma: “Soa incoerente o fato de outras substâncias entorpe-

centes, como álcool e tabaco, serem não só permitidas e vendidas, gerando milhões de lucros para os empresários dos ramos, mas consumidas e adoradas pela população, o que demonstra também que a proibição de outras substâncias entorpecentes recreativas, como o THC [princípio ativo da maconha], são fruto de uma cultura atrasada e de política equivocada e violam o princípio da igualdade”.

## Comissão fará até março debate amplo sobre outras drogas

Paulo Paim (PT-RS) informou que a CDH deve fazer, até o fim de março, um debate amplo sobre a questão das drogas — e não apenas sobre a maconha.

— Esse é um tema que todo mundo sabe que é controverso. Em uma audiência pública, a questão pode ser discutida com mais rigor pelos defensores e críticos das drogas.

A legalização do consumo de maconha foi a segunda

proposta a alcançar o número mínimo de 20 mil apoios. A primeira trata da regulamentação das atividades de marketing de rede. Pela proposta, um projeto definiria “marketing multinível como um negócio legítimo, ao contrário do esquema em pirâmide”. A sugestão foi encaminhada a Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que deve apresentar um relatório sobre a viabilidade da proposta.

## Amorim registra a nova Campanha da Fraternidade

Eduardo Amorim (PSC-SE) registrou o lançamento da Campanha da Fraternidade 2014, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que tem este ano, segundo afirmou, dois desafios: a evangelização e a transformação social.

Com o tema “Fraternidade e tráfico humano”, a campanha busca identificar as práticas desse crime e denunciá-las como violação da dignidade e da liberdade. Amorim recordou eventos da Igreja em Sergipe e lembrou que a Campanha da Fraternidade ganhou dimensão nacional em 1964.

— Este ano, a campanha completa 50 anos na sua trajetória nacional, com objetivos nobres, incluindo a comunhão com outras igrejas cristãs.

## Rolleberg: em ano de Copa, cultura está abandonada no DF

Rodrigo Rolleberg (PDT-DF) denunciou abandono da cultura na capital do país e cobrou reforço das políticas públicas. Ele lamentou o abandono dos espaços culturais em Brasília, situação que considera preocupante diante da proximidade da Copa do Mundo, e criticou a Secretaria de Cultura.

— O Distrito Federal só será, de fato, um grande polo cultural se souber valorizar seus artistas, se ofertar condições de acesso, equipamentos, estrutura, circuitos, formação e recursos para a cultura, orientados por uma política pública inclusiva, democrática e permanente, concebida sob a ótica de Estado e não pela instável conjuntura de governos — afirmou o senador.



Moreira Mariz/Agência Senado



Pedro Franco/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

# Defensores de cotas em concursos pedem pressa

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, senadores e convidados defenderam que a Câmara dos Deputados acelere a votação de proposta sobre reserva de vagas nos concursos públicos federais

A APROVAÇÃO DA reserva de vagas para afrodescendentes nos concursos públicos federais foi defendida em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem. O diretor da ONG Educafro, frei David Santos, pediu audiência com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para tratar do assunto. A intenção é que Renan ajude a convencer o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, a pautar imediatamente o projeto no Plenário da Casa.

A proposta, de iniciativa do Executivo, sugere reserva de 20% das vagas para pardos e negros pelo prazo de 10 anos. O texto tramita em regime de urgência, com 45 dias para análise em cada Casa. Na Câmara, já passou por três comissões, recebendo emendas. Falta a decisão em Plenário, onde o texto tranca a pauta. Se aprovado, será examinado pelo Senado.

Paulo Paim (PT-RS), que propôs a audiência, informou

que, no Senado, haverá outro debate, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a matéria receberá parecer antes de ir a Plenário. Ele apontou um “clima favorável” à aprovação do projeto.

Para frei David, o fato de os líderes partidários da Câmara não terem deixado a matéria entrar em pauta causa preocupação. Ele defendeu as emendas aprovadas nas comissões, entre as quais a elevação das cotas para 30% das vagas e a inclusão de indígenas como beneficiários.

## Obrigatoriedade

Os expositores destacaram que, além de significar mais uma medida reparadora da dívida social com os descendentes dos escravos, a reserva de vagas concretiza o princípio constitucional da redução das desigualdades. De acordo com Augusto Werneck, procurador do estado do Rio de Janeiro, as cotas devem ser entendidas

como obrigação do Estado.

— Elas são um direito e têm que existir, senão haverá flagrante inconstitucionalidade.

O promotor de Justiça Libanio Rodrigues, diretor-geral do Ministério Público do DF, disse que a baixa representatividade dos negros em posições de poder contribuiu para a prática do racismo institucional.

Adilson Moreira, doutor pela Universidade de Harvard, observou que, mesmo nos Estados Unidos, onde houve reversão da ideia de cotas como resposta à discriminação, o valor das ações afirmativas vem sendo aceito como meio de assegurar a diversidade.

— Não podemos ter instituições sociais exclusivamente brancas numa sociedade multirracial e multicultural — disse.

Segundo Moreira, essa ideia se expandiu pelo entendimento de que a diversidade traz benefícios, tornando as instituições mais capacitadas a responder aos problemas sociais.

# Pessoas com deficiência podem ficar isentas de pagar pedágio

Veículos conduzidos por pessoas com deficiência podem ficar isentas de pedágio em rodovias, de acordo com o PLS 452/2012, que está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De autoria de Ana Amélia (PP-RS), o texto condiciona a isenção à preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias.

Para a relatora na CAE, Lúcia Vânia (PSDB-GO), como o projeto não menciona recursos orçamentários para a despesa decorrente, “conclui-se que o benefício

seria custeado pelo aumento do valor do pedágio para os demais motoristas”, o que poderia gerar acréscimo nas tarifas.

Lúcia Vânia acha necessário impor limite à gratuidade em função de fatores como a renda da pessoa com deficiência, o grau de comprometimento da acessibilidade e os recursos médico-hospitalares que necessita alcançar pela rodovia.

Se a proposta for aprovada na CAE e não houver recurso para análise pelo Plenário, segue para a Câmara dos Deputados.

# Ouidoria do Senado procura maior interação com a sociedade

Em balanço sobre as atividades da Ouvidoria do Senado em 2013 (veja gráfico abaixo), a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que enfatizou a maior



— É fundamental ampliar os segmentos da sociedade que nos acessam, criando mais cidadania e mais transparência. Temos que ser proativos em criar as

integração entre os canais de contato do Senado com a população, como o Portal e-Cidadania e o Alô-Senado.

Para ela, a integração é essencial à qualidade e à eficiência no atendimento das demandas sociais.

condições e os canais pelos quais o cidadão seja coautor e parceiro na elaboração das pautas e projetos que vão ao encontro de suas reais necessidades — disse a senadora, titular da Ouvidoria desde março do ano passado.



Giovanni Harvey (E), Ciro Bueno, Libanio Rodrigues, Paulo Paim, frei David, Augusto Werneck e Adilson Moreira na CDH

# Para debatedores, questões jurídicas estão superadas

Durante a audiência na CDH, o secretário-executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Giovanni Harvey, lembrou que a presidente Dilma Rousseff esperou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre ações afirmativas em universidades para encaminhar o projeto (PL 6.738/2013 na Câmara), buscando evitar questionamentos jurídicos.

Em 2012, o STF reconheceu a constitucionalidade de sistemas de cotas étnico-raciais e sociais adotados por instituições públicas, como as Universidades de Brasília (UnB) e Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O projeto sobre vagas em concursos foi apresentado à Câmara em 2013.

Frei David, da ONG Educafro, disse que a organização teve que “ocupar” o Ministério

do Planejamento para que a proposta fosse encaminhada à Casa Civil. Harvey registrou que, em média, 25 mil pessoas ingressam anualmente no serviço público, enquanto 12.500 se aposentam.

A participação dos que se autodeclararam afrodescendentes é desigual nos níveis de postos: no elementar, com menores salários, são 60%; no intermediário, a participação desce a 30%; nos mais altos postos, as chamadas carreiras de Estado (como juiz, procurador ou gestores), a taxa varia de 4% a 18%.

Para o advogado Ciro Bueno, que milita por grupos excluídos, os aspectos jurídicos constitucionais relativos às cotas já estão superados. Ele disse que agora “resta ampliar a compreensão de que as cotas são necessárias”.

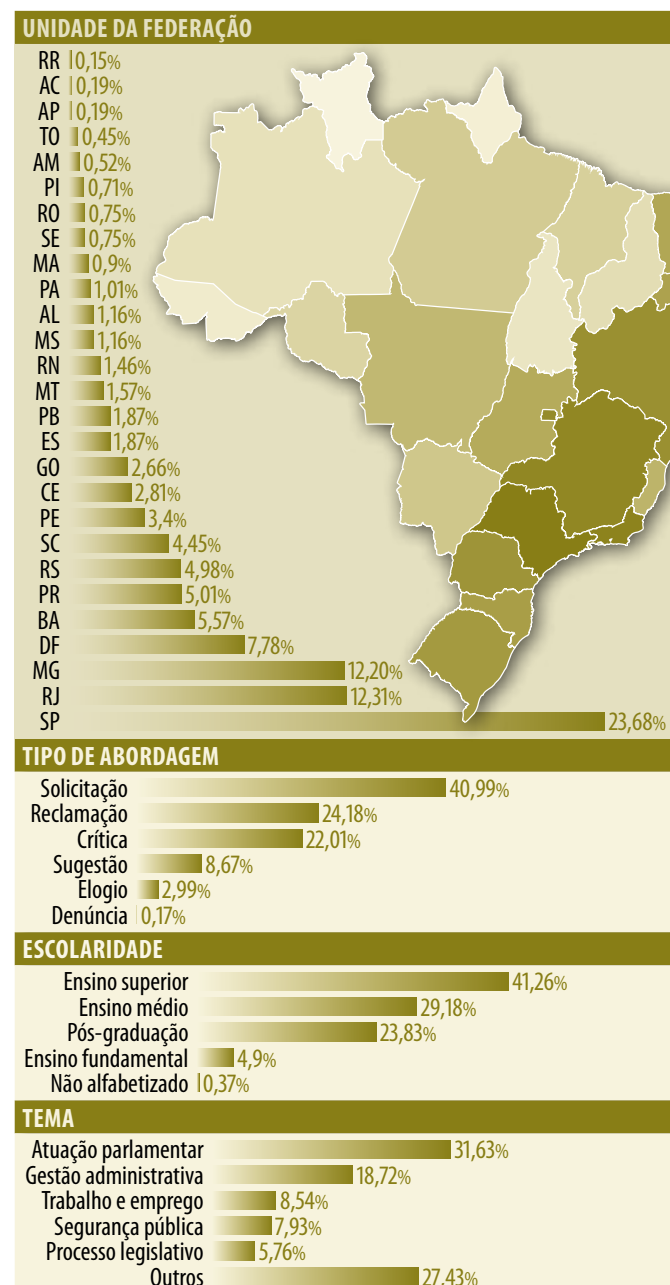
O senador Cristovam

Buarque (PDT-DF) argumentou que é necessário “mudar a cor da cara da elite brasileira”. Mas também propôs igual empenho na defesa de uma “revolução na educação”, com a erradicação do analfabetismo, que afeta pelo menos 10 milhões de negros, e uma educação básica de qualidade para todos, o que seria possível alcançar, segundo ele, com a federalização das escolas públicas.

João Capiberibe (PSB-AP) salientou que as grandes desigualdades no país se fundamentaram na escravidão, “herança de que até hoje a gente luta para se livrar”. O senador destacou episódios recentes de racismo no país e se manifestou favorável a um endurecimento na legislação penal, com o fim do relaxamento de prisão em flagrante por crime de racismo.

## Balanço de 2013

Moradores dos estados do Sudeste respondem por metade das abordagens feitas à Ouvidoria



# Grupo prepara reunião de parlamentares de 20 países

Previsto para agosto, fórum vai reunir presidentes de parlamentos das maiores economias mundiais para intensificar a atividade legislativa na cooperação econômica internacional, incluindo tratados

REÚNE-SE HOJE PELA primeira vez o grupo de trabalho que vai organizar o 5º Fórum de Consulta de Presidentes de Parlamento do G-20, que deve acontecer em agosto, em Brasília. O senador Romero Jucá (PMDB-RR) será o coordenador do grupo no Senado e o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), na Câmara dos Deputados. O G-20 Parlamentar é um encontro com os presidentes dos parlamentos dos 20 países que têm as maiores economias mundiais.

— A ideia é criar debates e sugestões que vão agregar uma perspectiva legislativa para a cooperação econômica internacional. É importante que as matérias legislativas tenham um poder maior de



Jucá vai ser o responsável por coordenar o grupo de trabalho no Senado

intervenção nos tratados internacionais que afetem a vida dos cidadãos — explicou Jucá. O objetivo da reunião de hoje é propor as medidas necessárias para o fórum, como definir o local e a data,

estabelecer a pauta e participar das reuniões preparatórias convocadas. No 4º fórum do G-20 Parlamentar, realizado ano passado na Cidade do México, Vaccarezza presidiu a representação brasileira, que aprovou a realização do encontro deste ano em Brasília.

No Senado, além de Jucá, fazem parte do grupo de trabalho do G-20 Parlamentar Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Humberto Costa (PT-PE), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Ana Amélia (PP-RS).

## Representantes do GT

SENADO FEDERAL	CÂMARA DOS DEPUTADOS
• Romero Jucá (PMDB-RR)	• Cândido Vaccarezza (PT-SP)
• Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	• Sandro Mabel (PMDB-GO)
• Humberto Costa (PT-PE)	• Otavio Leite (PSDB-RJ)
• Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	• João Maia (PR-RN)
• Ana Amélia (PP-RS)	• Mara Gabrilli (PSDB-SP)

## Ana Amélia pede diálogo entre governo e oposição na Venezuela

Ana Amélia (PP-RS) lamentou ontem a situação de conflito na Venezuela, em razão do embate entre manifestantes opositores e forças do governo. Ela disse que o crescente aumento da violência atinge boa parte da população venezuelana.

Segundo a senadora, o ódio e a violência não podem prejudicar os caminhos da democracia. Ela disse que as mobilizações pacíficas são saudáveis, mas condenou os atos violentos que deixaram três mortes nos protestos recentes e cobrou responsabilização pelos crimes. A parlamentar também classificou como inadmissível a destruição do patrimônio público ou privado.

— Quem suja as mãos de sangue e provoca a destruição em momentos que deveriam ser dedicados às mobilizações pacíficas ou às greves comete crime grave, infringe a lei e avança sobre uma área proibida e indesejada no regime democrático.

A senadora registrou uma nota em que o Mercosul se posiciona sobre os conflitos, reafirmando a crença na democracia, cobrando diálogo e condenando qualquer tipo de intolerância ou de violência.

## Brasil é cúmplice dos desmandos no país vizinho, diz Alvaro

O silêncio do governo mostra que o Brasil é cúmplice dos desmandos na Venezuela. Foi o que afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR) ao tratar dos protestos que já resultaram em três mortes, mais de cem feridos e centenas de presos no país vizinho.

Ele disse que é evidente a insatisfação com a incompetência de Nicolás Maduro, o desabastecimento e a violência. — Tudo isso conduz a Venezuela a um grave abismo social. O que foi denominado de apagão informativo impede que as notícias circulem nas mídias tradicionais — disse o senador.

O parlamentar também citou denúncias de que a Petrobras pagou a uma empresa holandesa US\$ 30 milhões de suborno para fechar contratos de aluguel de plataforma para explorar petróleo no pré-sal.



Alvaro critica governo brasileiro por silêncio em relação aos protestos

## Agripino faz críticas ao governo Dilma por gestão do setor elétrico

A gestão do governo de Dilma Rousseff no setor de energia foi criticada ontem por José Agripino (DEM-RN). Enquanto faltam linhas de transmissão e investimentos, o governo resolve apostar nas usinas termelétricas, que geram energia a um custo maior, apontou o senador.

Para Agripino, a decisão do governo de colocar em funcionamento termelétricas, ante o risco de falta de energia, pode pressionar a inflação e prejudicar as contas públicas. Como o governo não deve repassar esse custo ao consumidor, especialmente em ano eleitoral, o prejuízo ficará nos cofres públicos, observou.

— Não tenho dúvida: o governo não vai aumentar a tarifa da energia elétrica, vai [deixar] acumular esse buraco, vai investir menos em infraestrutura e o custo Brasil vai aumentar cada vez mais — disse.



Faltam linhas de transmissão e investimentos, reclama Agripino

## Comissão vota proibição de telefonemas sem identificação

Empresas de telefonia fixa ou móvel poderão ser proibidas de oferecer serviço que impeça a identificação do número que chama e de cobrar valor adicional pelo serviço de identificação (bina). As normas constam do Projeto de Lei do Senado (PLS) 433/2013, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) vai analisar hoje.



Vital ressalta que chamadas não identificadas têm sido utilizadas pelo crime organizado, estelionatários e chantagistas, “que procuram aterrorizar suas vítimas

sob o manto do anonimato”. O relator, Ivo Cassol (PP-RO), é favorável ao projeto, mas apresentou substitutivo com emendas de redação. Se aprovado, o texto segue para votação final na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

## Operadora de destino pode ter que ser identificada na chamada

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) decide hoje, em votação final, sobre a obrigação das companhias telefônicas de identificarem a prestadora de destino das chamadas. Pela proposta (PLS 343/2012), antes que a ligação seja completada, o autor da chamada receberá informação audível com o nome da prestadora de destino.



(PSDB-PB), deseja assegurar a opção de interromper a ligação a tempo de optar por uma segunda ligação usando chip da mesma operadora.

O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), propõe que a identificação não seja pelo nome da prestadora, e sim por meio da emissão de sinal sonoro característico, conforme solução já adotada por uma das prestadoras no mercado.

O autor, Cássio Cunha Lima

## Armando propõe linha de Belo Monte para o Nordeste

Ao lembrar que a Região Nordeste importa aproximadamente 40% da energia que consome, Armando Monteiro (PTB-PE) sugeriu a construção de um linha para levar a energia a ser produzida em Belo Monte, no Pará, para o Nordeste.

O senador disse que está prevista a construção de dois linhas desde Belo Monte, que fica na Região Norte, para a Região Sudeste — de onde, pelo sistema interligado, a energia iria para o Nordeste.

— Eu acho que é uma boa hora para que nós, do Nordeste, façamos uma mobilização para que possamos ter um linha em corrente contínua direto para o Nordeste, de modo a garantir o atendimento do crescimento da nossa demanda, que, segundo as projeções, em dez anos deve alcançar quase 50% — disse o senador.



O Nordeste hoje precisa importar 40% da energia, adverte Armando

## Wellington Dias defende política energética do governo

As recentes interrupções no fornecimento de energia decorrem de “problemas momentâneos”, que afetaram uma pequena parte da população e não representam falha estrutural, disse ontem Wellington Dias (PT-PI). Ele destacou o investimento em segurança energética e assegurou que o fornecimento está garantido, apesar da falta de chuvas.

Segundo o senador, há um movimento orquestrado que busca levar a população ao pânico ao comparar os blecautes atuais com o racionamento de 2001, no governo FHC.

— Nosso modelo tem fundamento num tripé: segurança no suprimento energético, tarifas mais baratas e universalização do atendimento. Para alcançar a segurança, nosso governo fortaleceu as competências do Estado e obrigou a contratação de energia no longo prazo — afirmou.



Senador assegurou o fornecimento elétrico, apesar da falta de chuvas